SOBRE O LIVRO

Este livro condensa um ciclo. Um ciclo de linguagem, formação, modo de pensamento e escrita.

Acontece que me vi de repente – embora já suspeitasse – em um ambiente estranho, como se estivesse imersa em um idioma desconhecido, apesar de familiar. Era possível compreender, mas não era mais possível me sentir em casa.

No Brasil, a filosofia acadêmica tem aspectos históricos que são muito marcantes e que delimitam os caminhos possíveis para quem decide se aventurar. Não é raro que esses aspectos, inimagináveis para a maior parte dos iniciantes, assustem e afastem muitos estudantes. Triste realidade para uma sociedade que pouco se conhece, que pouco se pensa, que pouco sabe de sua própria história – e que, por isso, apenas com muito coloca em marcha alguma imaginação política. Parece que é justamente isso que estudantes de filosofia pretendem descobrir, ávidos por saber afinal "quem somos nós?". Porém, ao invés de hospitalidade, encontra-se frequentemente uma filosofia séria e austera, uma linguagem distante do mundo, tão abstrata que mal se consegue imaginar lançando mão de tal idioma.

Este meu livro traz grande parte do que consegui refletir nessa linguagem abstrusa (para usar uma palavra abstrusa). Daqui em diante, quero me somar àqueles que falam daqui mesmo, assim como falamos e pensamos, e isso é sem dúvida suficiente para compreender, refletir e produzir imaginação. Suficiente para, no melhor sentido, inventar um mundo a partir do que o mundo já inventou e que

Que sujeito somos nos_04.indd 9 10/12/2024 15:25

podemos descobrir na história de vencedores a vencidos. Mais do que suficiente, pode ser mais preciso, claro e rico.

Quero ser no máximo uma tradutora do que aprendi na linguagem da filosofia acadêmica brasileira – ciente de que tradução é equívoco –, e na medida do que me for possível. Quero continuar a aprender com muitas pessoas a traduzir nosso idioma terreno, atenta a tantas e tantas histórias e imaginações que se formaram em saberes diversos. Estes atravessam hoje uma parte das disciplinas universitárias, misturando-se aos clássicos que herdamos do mundo europeu. Mundo europeu ou "ocidental" que não recuso aqui como engano, mas que precisa ser claramente situado em sua presença no que somos e também – sendo isso o que falta – em sua diferença estrangeira. Claro que não se pode generalizar essa herança castradora para toda e qualquer filosofia das universidades brasileiras. A limitação que ela impõe se consolidou no projeto político e filosófico formulado pela elite paulistana, nos anos 1930, para a Universidade de São Paulo (USP).

O projeto de universidade a que me refiro deve seus termos ao contexto político da década de 1930, de modo que foi igualmente um projeto de país. Ali se construiu um centro de formação que pretendeu constituir uma elite intelectual brasileira, poupando a elite econômica de voos solos ao estrangeiro e, com isso, concentrando o processo supostamente civilizatório na capital paulista, que passou a receber professores para fundar aqui o pensamento. Na filosofia, em particular, o projeto foi iluminar os incautos brasileiros com a leitura dos clássicos europeus. Excelente, claro, acessar os mais diversos textos consagrados de muitas culturas. O problema maior está no método que permitiria uma leitura adequada desses textos, a chamada leitura estrutural. Eixo estruturante da formação em filosofia, a leitura estrutural de texto revela muito do sentido político desse projeto: comentário atento, explicitação de argumentos e teses. Quanto menos se puder interpretar ou derivar, melhor. Não há tempo nem local a ser considerado no tempo lógico do texto clássico a ser absorvido. Quase um século depois, esse método, que traz consigo uma moral e uma política muito discutíveis, ainda está na base da formação acadêmica em filosofia, atuando como critério para bolsas ou produções, pontuações e menções.

Que sujeito somos nos_04.indd 10 10/12/2024 15:25

Particularmente, a filosofia *política* necessita de exercício de análise e pensamento situados no aqui e agora – inclusive porque filosofia é mais uma política do que um método ou linguagem. Este tempo e espaço trazem em si mesmos a história, inscrita em cada átomo de nossa época. A urgência de um mundo que se desfaz aos poucos, embora cada vez mais rapidamente, não pode ser tema menor. Somos nós, que nem sabemos quem somos, que estamos *também* em risco.

O *aqui* pode ter a fronteira que se queira marcar (também o *agora*, como procuro mostrar nas discussões sobre arqueologia). Mas o ponto central é necessariamente o sujeito. O sujeito da filosofia brasileira uspiana fala muito frequentemente de um "aqui" circunscrito por um círculo em que o próprio sujeito não se encontra contido. Tudo bem, claro, afinal a própria crítica é muitas vezes o olhar de fora para o que é o outro, o que legitima uma espécie de antropologia metafísica. São escolhas. De minha parte, escolho quem somos e seremos, este mundo, nosso mundo, nosso hoje e nosso projeto político.

* * *

Uma vez que a ideia é destacar um ciclo de dez anos de análises filosóficas desenvolvidas em um modelo metodológico e linguístico reconhecido pela tradição brasileira, os textos aqui reunidos são artigos já publicados. A organização destes textos permite mostrar o vínculo entre temas e hipóteses de leitura, justificando de maneira mais completa as posições defendidas em suas linhas. Não sigo uma ordem cronológica, mas procuro encadear os temas de maneira a mostrar que eles se complementam – e que aqui e ali eu talvez tenha cometido o pecado de ir além de comentários profissionais de obras filosóficas.[1]

1 A publicação deste livro contou com recursos da reserva técnica da Bolsa Produtividade PQ – CNPq (2021-2024), processo 309623/2020-0.

Que sujeito somos nos_04.indd 11 10/12/2024 15:25









CAPÍTULO 1

MÉTODO E OS LIMITES DA HISTÓRIA

1. A arqueologia e seus limites[2]

"Toda fronteira é porosa. Todo acontecimento (événement) esconde um processo".[3] Uma vez que toda fronteira arqueológica seria incerta, ou pelo menos aberta, por que encerrar o processo em uma fronteira? A combinação entre uma "diversidade rebelde" e uma "estrutura", que permite a Alain de Libera situar a questão da arqueologia em sua aula inaugural no Collège de France,[4] parece mostrar que uma arqueologia depende, via de regra, dessa espécie de oximoro. Não seria o caso de passar diretamente à porosidade, que tem como sentido último a dissolução das fronteiras – ou pelo menos a junção destas em redes sutis?[5]

O termo "arqueologia" tornou-se bastante usual desde que Foucault o lançou ao centro de uma filosofia capaz de repensar a noção de "história", continuísta ou dialética. Quando escreve *uma arqueologia das ciências humanas*, Foucault encontra (ou constrói?) fronteiras que circunscrevem epistemes específicas, que circunscrevem algo que adquire certa unidade, *uma* episteme que difere da que a antecede e

2 Texto publicado originalmente em Stival (2019a).

3 Libera (2014, p. 10).

4 *Ibid.*

5 "Nossas pobres redes são como os curdos anexados pelos iranianos, iraquianos e turcos, que, uma vez caída a noite, atravessam as fronteiras, casam-se entre eles e sonham com uma pátria comum a ser extraída dos três países que os desmembram" (Latour, [1994] 2013, p. 12). Parece possível reencontrar espaços de relações que não se subtraem a perspectivas críticas cujas fronteiras definem cortes que desatam o que não se poderia, talvez, desatar. Esta perspectiva, que atravessa as fronteiras das quais uma arqueologia depende, é discutida em artigo complementar, intitulado "Da arqueologia às redes".

Que sujeito somos nos_04.indd 13 10/12/2024 15:25

da que a sucede. Essas espessuras são certas continuidades específicas em uma história descontínua. Seus limites são incertos e precisam de certa distância para serem percebidos – é como olhar um quadro impressionista. O arqueólogo, a certa distância, pode não reconhecer exatamente o traço que rompe em epistemes a história do saber, já que ele nem mesmo existe, mas pode descrever com precisão certos elementos, épocas e racionalidades distintas.

A possibilidade da síntese, nessa espessura, provocando um regime de verdade no campo dos enunciados e, com isso, no modo de ser, não é muito diferente de um pressuposto crítico. Portanto, a questão aqui é mostrar que o problema filosófico interessante – para refletir sobre a arqueologia – está na síntese que, para Foucault, circunscreve uma formação discursiva, ou algumas formações discursivas. A partir desse problema é possível mostrar os limites de uma arqueologia – as fronteiras que ela pretende descrever são arbitrárias, e a espessura que dois limites marcam no tempo é uma região problemática. Daí se segue o limite da arqueologia como perspectiva metodológica. As fronteiras da crítica, na reflexão sobre as ciências, são simulacros de uma síntese pressuposta ou imposta.

Atomismo: as unidades do discurso

> Seria natural esperar que eu acrescentasse a *diferença* às demais relações. Mas considero esta antes a negação de uma relação que algo real e positivo.
>
> David Hume, *Tratado da natureza humana*[6]

Como se constituem as "individualidades históricas"? A singularidade dos acontecimentos, a singularidade dos enunciados, não é certamente vivida como descontinuidade. Por isso é preciso, segundo Foucault, "numa primeira aproximação, aceitar um recorte provisório:

6 Hume (2001).

Que sujeito somos nos_04.indd 14 10/12/2024 15:25

uma região inicial que a análise revolucionará e reorganizará se houver necessidade".[7] Parte-se de uma complexidade que empiricamente aparece na forma de um evento entre outros, um enunciado de alguma maneira ligado a outros. Certamente, esse ponto de partida – um evento, um acontecimento, um objeto – já está distante de uma causalidade banal, que há muito se mostrou uma inferência perigosa. Muitas vezes ele aparece no arranjo frágil de um título abstrato como "ciência".

É porque, na experiência, os acontecimentos e enunciados nascem em relações (como aquelas que compõem um livro, uma obra, ou que afirmam uma influência), que é preciso partir da recusa de relações que se oferecem à inteligibilidade imediata do enunciado. A "descrição dos acontecimentos discursivos" é sobretudo uma reordenação possível de relações habitualmente dadas.

> É preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam.[8]

Colocar em questão as sínteses habituais não significa simplesmente evitar a nomeação de uma unidade arbitrária, mas significa rever e por vezes recusar a unidade nominal que organiza a experiência dos acontecimentos discursivos. O trabalho negativo da arqueologia permite instituir diferenças, negando relações pressupostas, de modo a "restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento".[9] Abre-se espaço assim a outras formas de regularidade e à descrição consciente de novas sínteses.

---

7 Foucault ([1969] 2008, p. 33).
8 *Ibid.*, p. 34.
9 *Ibid.*, p. 43.

Que sujeito somos nos_04.indd 15 10/12/2024 15:25

O método arqueológico pode chegar assim à descrição de acontecimentos discursivos singulares como elementos de uma ontologia histórica indireta.[10] A dificuldade da arqueologia não está nessa tarefa negativa, mas no estatuto das sínteses encontradas ou construídas ao final do processo, por mais que se apresentem como possibilidades dentro de um vasto campo de composição e reordenação possível: *uma* arqueologia.

Porém, é preciso notar que mesmo a análise capaz de destacar unidades a partir da negação de relações aparentes ou habituais pode ser um caminho sem volta, uma "purificação" cuja instauração perde para sempre o sentido que as redes empiricamente dadas trazem consigo. Uma vez que a diferença é posta, a associação que reconfigura redes de enunciados tem sempre o perigo da (re)constituição arbitrária.

Associacionismo: as regras de formação de um discurso

Se Foucault procura reordenar de maneira relativamente livre os elementos simples de uma formação histórica fornecida geralmente pelo hábito – como "ciência" ou "a medicina", "a economia", "a gramática" –, ele não deixa de remeter as unidades do discurso a certas condições de existência. A reordenação é livre no sentido de que ela é fruto de uma análise situada em "um espaço branco, indiferente, sem interioridade nem promessa".[11] Porém, esse espaço é aquele em que se pode surpreender alguma "regularidade",[12] de modo que a formação discursiva não é aleatória. Mas ao se definir em uma decisão

10 Apesar de ser definido por Foucault como uma *função*, o enunciado está sempre em relação com um campo associado, e, nessa medida, falo em ontologia indireta. Ele lida com uma função enunciativa "pondo em jogo unidades diversas (elas podem coincidir às vezes com frase, às vezes com proposições, mas são feitas às vezes de fragmentos de frases, séries ou quadros de signos, jogo de proposições ou formulações equivalentes), e essa função, em vez de dar um 'sentido' a essas unidades, coloca-as em relação com um campo de objetos, em vez de lhes conferir um sujeito, abre-lhes um conjunto de posições subjetivas possíveis; em vez de lhes fixar limites, coloca-as em domínio de coordenação e de coexistência, em vez de lhes determinar a identidade, aloja-as em um espaço em que são consideradas, utilizadas e repetidas" (Foucault, [1969] 2008, p. 120; fr. p. 146).

11 *Ibid*., p. 44.

12 "No caso em que se puder descrever entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva" (*ibid*., p. 43; fr. p. 56).

Que sujeito somos nos_04.indd 16 10/12/2024 15:25

interpretativa que tem diante de si unidades discursivas, o espaço de uma formação específica traz mais à cena, no texto de Foucault, do que um fluxo regular de singularidades. Ele as remete a condições, ainda que o conceito de "formações discursivas" quisesse evitá-las. "As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma repartição discursiva."[13]

De que ordem seriam tais condições? A análise de uma formação discursiva revela "um conjunto de *regras* que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade".[14] As regras são então próprias do *feixe de relações*[15] que compõe uma formação discursiva, e não são ontológicas, da ordem das coisas, nem linguísticas, da ordem das palavras. Trata-se de uma gramática específica dos objetos discursivos. Até aí, a arqueologia guarda a contingência empírica (prática) de sua formação, em acordo com o que Foucault chamará mais tarde de "nominalismo em história" ou, em formulação similar, de "genealogia". Trata-se, afinal, da emergência ou aparição do "objeto de discurso". A existência do objeto em jogo é discursiva,[16] e sua genealogia constitui-se na própria descrição interpretativa das unidades do discurso: "seria preciso inicialmente demarcar as *superfícies* primeiras de sua *emergência*".[17] Porém, a questão arqueológica não está tanto na descrição do espaço de emergência dos objetos (a formação dos objetos), o que a genealogia fará mais exatamente, mas no conjunto de regras que constituem tais objetos em uma relação a um só tempo de coexistência e dispersão. É nesse plano que a questão das condições de existência se coloca.

Objetos de discurso não são equivalentes, portanto, a uma formação discursiva, cujas regras imanentes são o espaço de formação

13 Foucault ([1969] 2008, p. 56).

14 *Ibid*., p. 52.

15 As relações discursivas "determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar que tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc." (*ibid*., p. 52; fr. p. 67).

16 "Nesses campos de diferenciação primeira, nas distâncias, descontinuidades e limiares que então se manifesta, o discurso psiquiátrico encontra a possibilidade de limitar seu domínio, de definir aquilo de que fala, de dar-lhe *status* de objeto – ou seja, de fazê-lo aparecer, de torná-lo nomeável e descritível" (*ibid*., p. 47; fr. p. 61).

17 *Ibid*., p. 46.

Que sujeito somos nos_04.indd 17 10/12/2024 15:25

daqueles objetos. O problema se repete para as "modalidades enunciativas", no sentido de que elas compõem uma formação discursiva mas não envolvem ainda o quadro mais amplo que uma arqueologia delimita. O discurso clínico, por exemplo, tem sua unidade circunscrita por um "feixe de relações", e Foucault pretende evitar assim uma síntese dos diferentes planos que lhe concernem por uma estrutura formal transcendental ou por um referente psicológico.[18]

> Se esses planos estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva.[19]

É como um tipo específico de fluência de vividos em uma cultura em que se destaca uma disciplina tal como o discurso clínico, numa unidade incerta e como campo de exterioridade (objetos que distinguem um discurso participam do mesmo campo de saber): "se tem uma unidade, se as modalidades de enunciação que utiliza, ou às quais dá lugar, não são simplesmente justapostas por uma série de contingências históricas, é porque emprega, de forma constante, esse feixe de relações".[20] Trata-se então de constância em um feixe de relações que são exteriores aos objetos e que não são condições formais estruturantes.

A formação dos conceitos de um discurso envolve sucessão, coexistência e procedimentos de intervenção. De modo geral, é novamente um "feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual",[21] porque aqueles elementos funcionam como baliza

18 Estamos, como em Hume, no campo prático, distantes de um sujeito transcendental de tipo kantiano e de alguma consciência aos moldes de Locke ou Descartes. "Ter reduzido o *ego* a uma fluência de vividos, a transições de percepções, foi um dos lances de gênio de Hume" (Lebrun, 1982, p. 51). No que diz respeito ao estatuto da síntese de um discurso (conjunto de enunciados) ou de uma "consciência" (conjunto de vividos), assim como o discurso clínico, em Foucault, para Hume (2001, I, IV, II, p. 240) a mente "não é senão um feixe ou coleção de diferentes percepções, unidas por certas relações, e as quais supomos, embora falsamente, serem dotadas de uma perfeita simplicidade e identidade".

19 Foucault ([1969] 2008, p. 61).

20 *Ibid*., p. 60.

21 *Ibid*., p. 66.

Que sujeito somos nos_04.indd 18 10/12/2024 15:25

de análise para este feixe de relações no que diz respeito à formação dos conceitos. É a *maneira como* aqueles elementos se apresentam (a maneira como eles se constituem) que fornece o solo da síntese discursiva neste plano, isto é, no nível de uma individualidade histórica específica (o discurso clínico, a gramática, a história geral etc.): "o que pertence propriamente a uma formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que lhe são específicos, é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns aos outros".[22]

Assim, a unidade de um discurso é relativa à rede de conceitos, objetos e relações que se articulam na prática discursiva, formando um campo articulado e, ao mesmo tempo, constituído em uma dispersão conceitual. Essa dispersão não é problemática na medida em que os conceitos são termos de construção interna que obedecem a diferentes formas de relações, exteriores àqueles. Assim, a arqueologia pretende instalar-se em um campo "preconceitual" que "não remete nem a um horizonte de idealidade nem a uma gênese empírica das abstrações".[23] Estamos, ao que parece, no plano prático dos vividos de um discurso – não, certamente, na forma de um sujeito, mas, ao invés deste, na forma discursiva. Isso porque Foucault inverte a primazia do sujeito das filosofias que o precederam em primazia do discurso. Afinal, sobre esse campo "preconceitual": "o sistema, perfeitamente descritível, por ele constituído, dá conta de um jogo considerável de conceitos e de um número muito importante de transformações que afetam, ao mesmo tempo, esses conceitos e suas relações".[24] Como observa Canguilhem, a arqueologia é "a condição de uma *outra história*, na qual o conceito de acontecimento é conservado, mas onde os acontecimentos afetam conceitos e não homens".[25]

Embora uma questão embaraçosa se imponha (o que significa certa *afecção* na ordem dos conceitos?), as linhas gerais de uma análise do discurso estão traçadas de modo a dar contornos a um plano de análise interessante, no qual a arqueologia pretende se situar. Até aqui

22 Foucault ([1969] 2008, p. 65).
23 *Ibid*., p. 68.
24 *Ibid*., p. 69.
25 Canguilhem (1967, p. 260).

Que sujeito somos nos_04.indd 19 10/12/2024 15:25

tudo vai bem. Com o mérito de assegurar a contingência, a formação e a singularidade dos objetos, conceitos e modalidades enunciativas que circunscrevem uma formação discursiva, Foucault põe em jogo um campo em que a síntese é a cada vez um horizonte problemático. Porém, mais incerta do que a noção de "feixe de relações" é a analogia que sustenta a ligação entre diferentes discursos ou individualidades históricas. Por exemplo, a analogia que liga formações discursivas clássicas, descritas em *As palavras e as coisas*, de 1966. No que diz respeito à Gramática Geral, à História Natural e à Análise das Riquezas,

> esses conjuntos de regras são bastantes específicos, em cada um desses domínios, para caracterizar uma formação discursiva singular e bem individualizada; mas apresentam analogias suficientes para que vejamos essas diversas formações constituírem um grupamento discursivo mais vasto e de um nível mais elevado.[26]

Aquelas individualidades históricas – mesmo que analisadas em uma periodização que destaque o que pode haver de próprio, por exemplo, na história natural, na sua idade clássica – são descritas ou analisadas segundo balizas metodológicas que não são estranhas à genealogia e que, aliás, exemplificam muito exatamente o que Foucault chamará, com certa liberdade poética, de "nominalismo em história". Entretanto, as analogias que vinculariam essas individualidades assumem-se, aos poucos, enquanto condições formais de existência, regime de uma forma específica de verdade. Como se sabe, "em *Les mots et les choses* o estudo se referia, em sua parte principal, às redes de conceitos e suas regras de formação (idênticas ou diferentes), tais como podiam ser demarcadas na Gramática Geral, na História Natural e na Análise das Riquezas".[27] A questão é justamente como certas regras de formação ou redes de conceitos atravessam formações

26 Foucault ([1969] 2008, p. 69).
27 *Ibid.*, p. 72.

Que sujeito somos nos_04.indd 20 10/12/2024 15:25